

Congresso vazio atrasa economia do país

AGUINALDO NOGUEIRA

BRASÍLIA — A proximidade da campanha eleitoral, com o esvaziamento do Congresso, aumenta os problemas do último ano do Governo Itamar Franco. Projetos prioritários — como os de leis de patentes, antitruste, de concessões de serviços públicos e, principalmente, o orçamento de 1994 — poderão deixar de ser votados pela ausência de deputados e senadores. Sem falar na revisão constitucional, fundamental para o próximo Governo.

Sem orçamento, o Governo fica limitado a gastar 1/12 por mês sobre o orçamento de 1993. Normalmente, o Congresso leva no mínimo quatro meses para votar o projeto. O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), não acha impossível não haver lei orçamentária este ano, já que até agora o Governo não enviou o projeto ao Congresso, por causa da greve dos funcionários do Orçamento.

— Já avisei ao ministro do Planejamento, Beni Veras, que fico aqui até 31 de maio. Depois, saio para cuidar da reeleição — afirma Lira.

Os líderes dos partidos não concordaram com a votação do projeto em rito sumário, proposta pelo presidente da comissão. Dessa forma, após chegar ao Congresso, o projeto não teria emendas individuais e seria votado em até 30 dias. Outro projeto de Lira, parado no Congresso, prevê que cada parlamentar poderá apresentar até 25 emendas, com a votação em no máximo 60 dias. O próprio senador acha curto este prazo:

— Com as emendas, a montagem do substitutivo é muito mais complicada.

O projeto de concessões é fundamental para o Governo privatizar portos, rodovias, ferrovias e o setor elétrico. Originário do Senado, ele sofreu alterações na Câmara e voltou ao Senado. Entretanto, as concessionárias de energia não o aceitam, porque a Câmara determinou que as concessões vencidas após a entrada em vigor da lei terão que ser submetidas a licitação pública. O Senado não pode mais apresentar novas emendas, cabendo aprovar o projeto da Câmara ou rejeitá-lo. O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, diz que não há como votá-lo este ano:

— Esse impasse prejudica o país.

Sem lei de patentes, o Brasil foi ameaçado duas vezes, em dois anos, pelos Estados Unidos. Em fevereiro, o Governo americano concordou em não taxar produtos brasileiros, em troca do esforço para aprovar a lei de patentes. O projeto, porém, está parado. Seu relator na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, José Richa (PSDB-PR), sequer conhece o conteúdo. Entretanto, Richa garante que ele será votado antes da debandada dos senadores. Se sofrer alterações, terá que voltar à Câmara.

Há quase um ano e meio, o Governo enviou ao Congresso um projeto reestruturando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O relator, deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), elaborou um substitutivo com modificações, mas esbarrou na resistência do ex-ministro da Justiça Maurício Corrêa. Com a saída de Corrêa, Feldman está negociando mudanças com o novo ministro e promete concluir o substitutivo esta semana.

